

RESENHAS

CESAR, Constança Marcondes

Filosofia na América Latina

Edições Paulinas, São Paulo, 1988

A autora é doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1973. Fez pós-doutorado na Université Toulouse – Le Mirail, França, 1981. Atualmente é docente de Filosofia na PUC-Campinas.

A obra em questão enfoca a Filosofia em países latino-americanos, a saber, Peru, Uruguai, Argentina, México e Brasil, tendo-se como base, pesquisas desenvolvidas na Sorbonne, Paris.

Explana, primeiramente, as contribuições e influências advindas através da Escolástica espanhola e portuguesa na América, seguidas por correntes e tendências filosóficas a partir de autores europeus modernos e contemporâneos, como, Kierkegaard, Kant, Hegel, Croce, Bergson, Ortega Y Gasset, Diltley, Husserl entre outros.

Subdivide-se a obra segundo um critério cronológico, desde a dominação das Colônias, ultrapassando-se a época de suas respectivas libertações; ressalta-se a influência das idéias elaboradas no exterior culminando num grande exercício filosófico latino, cujo fruto, impreterivelmente, foram as grandes transformações sócio-político-educacionais dos países envolvidos.

De acordo com o que se nos apresenta, Peru, Uruguai, Argentina e Brasil possuem algumas semelhanças quanto aos períodos de transição filosófica, tomando-se suas fases históricas coincidentes. Nota-se certa peculiaridade no México, nos períodos da Ilustração e, mais precisamente, a partir do século XIX, quando da adaptação do Positivismo às características culturais do país, sendo seu lema "Ordem, Progresso e Liberdade".

Em todos os países citados, é notável a participação de pensadores, escritores e estudiosos nacionais que se preocuparam em integrar e divulgar os esforços e trabalhos desenvolvidos por pensadores muito conceituados de além-mar.

Sem dúvida alguma, trata-se de uma obra que, além de propiciar um contato rápido, porém substancial, com a Filosofia na América Latina, divulga posicionamentos, escolas e obras, enriquecendo nossos conhecimentos, convidando-nos a participar da evolução filosófica de países vizinhos, que bem ou mal constroem uma só história.

Maria Lúcia Dario

(2ª ano de Filosofia 1988)

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.)

Construindo o saber.

Técnicas de metodologia científica, Campinas, S.P. Papyrus, 1988.

Muitas lições podem ser aprendidas nas reformas do ensino que os azebras dos militares emprenderam. Uma delas, diz respeito à disciplina **Metodologia do Trabalho Científico**.

Os primeiros manuais dessa disciplina apareceram logo após a reforma do ensino superior, Lei 5.540/68, e procuravam atender aos alunos de pós-graduação, cujos cursos estavam sendo implementados à toda pressa.

Com a reforma, os cursos de graduação tornaram-se menos exigentes e mais dispersivos. A introdução do regime de créditos faz com que o professor não tenha mais que 15 contactos com os alunos num semestre; quando não houver ponto facultativo, greves de alunos ou de professores etc. Com isso os cursos passaram a exigir dos alunos nada que fosse além de pequenas provas ou ligeiros trabalhos escritos com finalidade precípua de averiguar se o aluno está ciente do que lhe fôra transmitido. Resenhas, pesquisas de campo, fichamentos, foram relegados ao abandono.

A conseqüência dessa situação foi logo notada quando os egressos da graduação, agora na pós, não sabiam tomar notas, elaborar monografias, sequer conseguiam consultar fichário de biblioteca. Notado o agravamento da deficiência, os burocratas do ensino trataram de criar a disciplina **Metodologia** nos cursos de graduação, na vã esperança de que, com duas aulas semanais, se pudesse ensinar ao aluno procedimentos técnicos capazes de compensar o que ele não aprendeu em anos de estudo.

Tudo isso insere-se na política oficial de ensino que parece ter sido a de mediocritizar a juventude, em razão dos veementes protestos estudantis contra o regime militar, naquela década.

Não há argumento plausível que convença sobre a necessidade de transformar compulsoriamente as escolas médias e secundárias em ensino técnico voltado para a “qualificação para o trabalho”, Lei 5.692/71. Como a preocupação dos reformadores tinha caráter imediatista, o processo de implantação foi o mais caótico possível. O resultado só poderia ser o de coroar a necedade, que é a ignorância acompanhada da tolice. Desqualificaram história e geografia, aglutinando-as sob a denominação de estudos sociais; introduziram disciplinas não científicas e de caráter meramente ideológico, como E.M.C. e O.S.P.B.; cassaram filosofia. Sem nenhum critério inventaram nomes esdrúxulos como: matemática aplicada, física aplicada etc. quando as escolas não tinham sequer uma salinha para montar um elementar laboratório.

Todos esses expedientes conduziram à alienação da juventude brasileira. Sem ter um ensino científico, o aluno perdeu a noção do que seja ciência, sem filosofia o aluno deixou de ter contacto com formas sistemáticas de pensamento. Não há como refletir quando não se tem referenciais informativos e nem ordenamento formal. Mas, os burocratas serviais acreditavam que se pode, com técnicas apropriadas, fazer criar. Se assim fosse, os gramáticos e os retóricos de todas as épocas teriam sido os melhores escritores, literatos, o que não ocorreu. Isso demonstra, por indução, que a criatividade não anda ao par com regras, regulamentos ou obediências normativas. O mesmo ocorreu com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, só havendo avanços quando as normas foram conscientemente desobedecidas.

Mas, — como disse Machado de Assis, alguma coisa sempre escapa do naufrágio das ilusões —, os professores que passaram a ministrar **Metodologia** entenderam que para ensiná-la era preciso, antes de tudo, ensinar a pensar. Com isso, acabaram por recuperar o significado do ato pedagógico, perdido nos meandros da burocracia do ensino.

É nesse sentido que o livro **Construindo o saber, técnicas de Metodologia Científica**, organizado por Maria Cecília M. de Carvalho, insere-se pois, a todo momento, está a lembrar que o conhecimento é uma atividade provisória, circunscrita em momentos privilegiados, mas que não constitui a verdade. O livro, e

nisso está seu grande valor, não entende o método como algo acabado e definitivo, mas como processo, no qual reavaliações constantes conduzem à elaboração criadora.

O presente livro, como já se mencionou, é obra coletiva, de experientes professores que vêem, nos últimos anos, ministrando a disciplina na PUCCAMP. Não é, portanto, trabalho de vetustas figuras, que por mais ilustres que sejam, não têm contacto com alunos e por isso mesmo imaginam criaturas ideais e apresentam problemas fictícios. Com este livro, isto não acontece. Os autores não estavam preocupados em erudir, mas em ensinar, numa tentativa hercúlea de salvar o intangível. Esta preocupação tornou o livro bastante útil, pois dispensa o aluno da aquisição de obras assemelhadas e beneficia ao professor por indicar apenas uma, na qual todos os temas importantes estão tratados. Assim, evitar-se-ão o xerox, cujas cópias serão sempre perdidas, e o acúmulo de livros, nem sempre totalmente utilizáveis.

Dividido em duas partes, na primeira, com 5 capítulos, questões referentes ao conhecimento científico são tratadas com discernimento e competência; na segunda, com 4 capítulos, restringe-se à orientação do estudante quanto ao modo de realizar trabalhos acadêmicos.

Heitor Matallo Jr. contribui com três ensaios. Em **A Problemática do Conhecimento**, cap. 1º, examina questões referentes ao senso comum e à opinião, destacando o significado da ciência no mundo moderno e contemporâneo; no **Mito, Metafísica, Ciência e Verdade**, cap. 2º, destaca, depois de ter abordado cada tema em particular, a questão da verdade; em **A Explicação Científica**, cap. 3º, trata da casualidade, das teorias e das leis.

Maria Cecília Maringoni de Carvalho discutiu **A Construção do Saber Científico: algumas posições**, cap. 4º, no qual apresenta "a experiência como fundamento de conceitos científicos", segundo as concepções do empirismo lógico. Em tópico especial, mostra a contribuição de Karl Popper e Thomas Kuhn na discussão acerca da evolução das atividades científicas.

João Francisco Regis de Moraes, no cap. 5º, e último da primeira parte, **Ciência e Perspectivas Antropológicas Hoje**, com argúcia e maestria examina a mudança das mentalidades em razão do conhecimento das leis da natureza. A experiência docente levou-o a pinçar do rol dos problemas estudados, a questão da morte da alma. Tema sempre lembrado pelos confusos alunos desta Terra de Vera Cruz, agora contaminados pelos orientalismos e pentecostalismos, ambos requeitados nos Estados Unidos.

A Segunda Parte inicia-se com o ensaio de João Baptista de Almeida Júnior, que discorre sobre **O Estudo como Forma de Pesquisa**, no qual mostra como se realiza uma pesquisa bibliográfica e sobretudo como se documenta o estudo e se faz a devida referência.

Vera Irma Furlan examina em **O Estudo de Textos Teóricos** cap. 2º, o modo de construção e operação metalingüística de um texto, procurando didaticamente explicar ao leitor quanto a esses processos. Faz notações práticas de como redigir um trabalho acadêmico.

Paulo de Tarso Gomes e Paulo Moacir Godoy Pozzebon comparecem com **Técnicas de Dinâmica de Grupo**, cap. 3º, tratando do que é diáde, painel, fórum, simpósio, seminário, etc. Quiza um tanto singelo, mas oportuno em face do populismo educacional que graça nessa terra.

A Elisabeth Matallo Marchesini de Pádua coube **O Trabalho Monográfico como Iniciação à Pesquisa Científica**, cap. 4º, e último do livro, no qual examina as etapas a serem desenvolvidas numa monografia.

Por tudo que se observou o livro **Construindo o Saber, Técnicas de Metodologia Científica**, reúne contribuição de procedência vária com o mesmo objetivo, oferecer ao leitor-aluno um instrumental teórico e prático que possibilite ao educando organizar seus estudos e aprofundar suas pesquisas sem perder a sempre necessária visão de mundo. Não é sempre que se tem obras assim.

Gralhas de edição e revisão, perfeitamente identificáveis não empanam o brilho e o valor do trabalho.

Henrique Nielsen Neto

Instituto de Filosofia — PUCAMP

RICOEUR, Paul.

O mal.

Campanas, S. P. — Papyrus, 1988.

Paul Ricoeur, através de várias obras vem tentando desvendar o enigma sobre o mal. Em 1960 escreveu **A Simbólica do Mal**, mostrando seus mitos entre os sumerianos, gregos e judeus-cristãos. Esse tema reaparece em 1969 quando sintetiza seus estudos sobre o assunto.

A obra é uma conferência de Ricoeur, na Faculdade de Teologia da Universidade de Lausanne, em 1985.

O autor tenta superar a contradição entre a existência de Deus e a existência do mal, que é designado como sofrimento, dor, morte. Isto é para ele um grande desafio à filosofia e à teologia, uma vez que provoca questionamento das concepções de Deus, vigentes no Ocidente, como onipotente e bom.

O método utilizado, apresentou a diferença dos vários níveis dos discursos sobre o mal, considerando as respostas ao tema que forma dadas no decorrer da história da filosofia.

O mal não é intra-temporal; acontece de "uma vez por todas", frente àquilo a que a liberdade efetiva é chamada e provocada a existir. Dessa forma, Ricoeur repete que ele é uma questão de ser analisada, em três planos: **o do pensamento**: o mal é um desafio exigindo uma superação de lógica clássica — o enigma não pode ser solucionado, com o nosso atual aparato de pensamento, **o da ação**: o mal é o que não devia ser portanto, é sinônimo de violência, devendo ser; diminuído pela ação ética e política; **o do sentimento**: proposta de alteração qualitativa das reclamações contra o sofrimento, frente à superação da tese do mal como punição, pois Deus também sofre.

Ricoeur coloca a interrogação sobre o mal não mais cósmico, mas individual. A origem do mal no âmbito é explicada pelos mitos que nada dizem sobre a condição humana individual. Disso decorrem as respostas filosófico-teológicas apoiadas na idéia de retribuição do mal cometido individualmente. Mas a discordância entre o mal-moral-cometido e o mal-sofrimento-imercedo repropõe a questão como enigma.

Para tentar solucionar o enigma, o autor francês aborda a questão tal como foi estudada ao longo da História da Filosofia.

Partindo de Santo Agostinho, que afirma que o mal é privação de ser, procedente da finitude do ser criado e resultado possível da liberdade, Ricoeur considera o mal numa dimensão moral. Santo Agostinho com São Tomás de Aquino, no plano especulativo indaga o que é o mal. O mal é o não ser, é privação, é falta de

algo, de uma qualidade devida. Tudo isso não responde à questão do sofrimento injusto, porque as pessoas podem sofrer física e moralmente, por puro azar.

Já para Leibniz, o mal metafísico é gerado por uma falha irreduzível da criatura enquanto tal, sendo sua solução estritamente estética: o contraste entre o bem e o mal é necessário para a harmonia com o todo. Ele questiona por que o mundo existe e por que Deus o criou, e dessa forma expõe que Deus o criou porque este é o melhor dos mundos possíveis e a existência do mal faz a harmonia.

Conforme Kant, nunca sabemos de onde vem o mal, por que ele existe. O homem deve agir de modo a diminuir o mal e a ação humana deve seguir o imperativo categórico que existe dentro de nós. É um problema prático e não teórico.

Hegel repropõe a questão de uma outra maneira: o problema teórico continua existindo, de onde vem o mal? É o Deus imperfeito que evolui, daí a existência do mal.

Karl Barth diz que o mal é o que Deus não quer, é a corrupção e destruição. Há uma certa contradição entre a misericórdia e a justiça de Deus, seguindo-se o surgimento da idéia do mal. Deus não quer a injustiça, mas sendo misericordioso provoca-a sem querer.

Na Filosofia Contemporânea, o problema do mal se repropõe. Há a visão do **plano prático**, onde podemos e devemos reduzir a violência no mundo, diminuindo assim a dose de mal através das ações individuais e do **plano especulativo** recuperando a perspectiva dos filósofos renascentistas, para quem Deus é uma totalidade do bem e mal; o **demônio** é outro lado de Deus.

Estes foram os pontos principais abordados pelo filósofo francês Paul Ricoeur. Mas, apesar de tantos estudos sob várias perspectivas, o mal continua sendo um problema muito grande para a Filosofia.

Regina Elena Rossetti
Instituto de Filosofia — PUCAMP

CHARDIN, Teilhard de.
O Fenômeno Humano.
S.P., Cultrix, 1988.

Com apresentação de D. Paulo Evaristo Arns e tradução do Dr. José Luiz Archanjo, é edição crítica da obra máxima de Teilhard de Chardin. O texto brasileiro é bastante superior ao da edição portuguesa. Não se trata de mera tradução. O livro, além de uma **Introdução**, feita pelo tradutor, — o qual, diga-se, estudou na sua tese de doutorado a obra de Teilhard, além de ser o representante da **Fundação Teilhard de Chardin**, no Brasil — é prefaciado por N. M. Wildiers, doutor em teologia. O tradutor acrescentou, na presente edição, vários textos de Chardin sobre **O Fenômeno Humano** e um apêndice, do autor francês a propósito do problema mal num mundo em evolução.

Não se trata de mera tradução, ainda, porque cada capítulo é acompanhado de notas, elaboradas pelo Dr. José Luiz esclarecendo, discutindo passo a passo, o difícil texto do jesuíta, tornando-o acessível a não — filósofos e não — teólogos e assinalando tema a tema, aos filósofos, e teólogos, outras obras do autor e estudos críticos sobre as diversas questões abordadas.

O Fenômeno Humano é, sem dúvida, a obra-prima de Teilhard; a que sintetiza sua visão e seu pensamento, de cientista, filósofos, teólogo. Indo da **Pré-Vida**

à **Vida**, ao **Pensamento** e a **Sobrevida**, da formação do mundo e da matéria elementar ao sentido do mundo, do “fora” ao “dentro” das coisas, Chardin procura a conjunção ciência-religião, a caminhada do mundo, através do homem, em direção a Deus.

Com fontes orientais e neo-platônicas — não por acaso que o filósofo viveu tanto tempo na China — e ao mesmo tempo com frescor e novidade imensos, o escrito de Teilhard representa uma das mais importantes tentativas de síntese do saber do século XX. Numa época de esfacelamento e tecnização das ciências, o autor francês aponta um caminho, no qual a filosofia se torna, fiel às suas origens, **sabedoria**.

Um dos textos mais importantes do pensamento cristão do nosso século está entre nós. Acessível ao grande público, graças ao trabalho cuidadoso de um excelente especialista em Teilhard obrigatório para estudiosos de filosofia e teologia e para os cientistas que pretendam pôr a ciência a serviço do humano.

Constança Marcondes Cesar

Instituto de Filosofia — PUCAMP

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de.

Brevíssima Relação da Destruição das Índias — O Paraíso Destruído

L & PM Editores Porto Alegre RS; 1984; 150 pp.

Esta obra de Frei Bartolomé de Las Casas foi publicada pela primeira vez no Brasil em 1944, com tradução de Heraldo Barbuy, que agora, em nova edição vem acompanhada com o sub-título “O Paraíso Destruído”, acrescida de ilustrações, apresentação, introdução, o processo da conquista da América, notas, polêmica, réplica, razões, cronologias biográficas e do descobrimento e conquista da América.

A **Apresentação** é feita por Eduardo Bueno da página 11 à página 25, que leva o título de “Genocídio de Ontem e Hoje”, onde tenta uma comparação entre a mortandade indígena do passado e as invasões modernas praticadas hoje pela oligarquias e políticas externas dos países capitalistas. É dentro deste instante histórico que surge a figura de Frei Bartolomé de Las Casas, como defensor das minorias indígenas e povos marginalizados e que se auto-denominava “procurador e protetor universal de todos os povos indígenas”. Las Casas nasceu em Sevilla em 1474; em 1502, já formado em direito pela Universidade de Salamanca embarcou para a América em companhia de Nicolas de Ovando; em 1507 retorna à Europa e ordena-se sacerdote em Roma; volta à América (Iha Espanhola) e recebe seu primeiro lote de índios tornando-se “encomiendero”. No último domingo de novembro de 1511, Las Casas ouve o sermão do padre dominicano Antonio de Montesinos em defesa dos índios e assim renuncia aos seus privilégios e parte em defesa dos índios. Morre em Madrid em 1566. Las Casas foi autor de dezenas de livros onde narrou com minúcia de detalhes o macabro processo da conquista dos territórios do Caribe, América Central, México, Colômbia, Venezuela e Peru. O mais famoso deles é a “Brevíssima Relación de la Destrución de las Índias Ocidentales”, lançado em 1552 na Holanda, Inglaterra e Alemanha.

Las Casas inicia a “Brevíssima...” com uma **Introdução**, anunciando de imediato a destruição das Índias Ocidentais, dizendo que elas foram descobertas em 1492 e povoadas pelos espanhóis em 1493. A primeira terra que os espanhóis entraram foi a Ilha Espanhola, hoje República Dominicana, habitada por índios que Las Casas caracteriza assim: “simples, sem finura, sem astúcia, sem malícia, obedientes, fiéis aos Senhores naturais e aos espanhóis a que servem, humildes, pacientes, pacíficos,

amantes da paz, sem contendas, sem perturbações, sem querelas, sem questões, sem ira, sem ódio, sem vingança, delicados, ternos, compleição pequena, não suportam trabalhos e morrem logo de qualquer doença que seja. “**pp 27-28** São pobres, não são soberbos, nem ambiciosos, nem invejosos, vivem nus e cobrem as partes vergonhosas, dormem em rede trançada (chamada “hamaças”); têm o entendimento vivo e nítido; são dóceis e capazes de uma boa doutrina. São em cima destes cordeiros dóceis que os espanhóis arremessaram-se como lobos, leões, tigres cruéis, fazendo com que em quarenta anos de conquista espanhola dizimassem mais de doze milhões de índios, promovendo a guerra e os assassinatos, tudo por causa da busca do ouro.

O **processo de conquista da América** é tratado do capítulo primeiro ao capítulo vinte, que é praticamente o miolo da obra, onde Las Casas descreve a destruição das Índias Ocidentais feita pelos espanhóis, chegando o relato a ser cansativo e monótono, pois em todos os lugares que os conquistadores entravam os índios eram massacrados, assassinados, queimados vivos, despedaçados, mutilados, comidos pelos cães e até pelos próprios espanhóis, as crianças arrancadas dos pais e despedaçadas, enfim não deixando nada vivo...

Sobre a **polêmica** é apresentado um sumário da disputa entre o Bispo Dom Frei Bartolomé de Las Casas e o Doutor Sepulveda, cronista do imperador. Este Doutor Sepulveda escreveu um livro em latim, na forma de diálogo, justificando a guerra que os espanhóis promoviam contra os índios e que estes eram obrigados a submeterem-se aos conquistadores, apresentando-o ao Conselho Real das Índias que recusou a imprimi-lo. O Doutor Sepulveda apelou para seus amigos da corte do rei, que obtendo uma patente do próprio rei, envia o livro para o Conselho Real de Castela, que nada sabia dos negócios das Índias, e por isso mandam a obra do Doutor Sepulveda às Universidades de Salamanca e Alcalá, pois a matéria tratada era atinente à Teologia. Estas Universidades determinaram que a obra fosse impressa, pois a doutrina nela contida não era sã e assim o Doutor manda o livro para Roma e faz um sumário em língua vulgar. Las Casas escreve um apologia contra a obra do Doutor, também em língua vulgar, de onde o Doutor tirou doze objeções, às quais deu doze respostas e contra estas respostas Las Casas formulou doze **réplicas**.

Na “Brevíssima...” aparecem duas das doze **réplicas** de Las Casas: transcrevemos a décima segunda e última réplica que estão na página 123: “os espanhóis não vão às Índias movidas pelo zelo da fé, nem pela honra de Deus, nem para socorrer e adiantar a salvação do próximo, nem tampouco para servir a seu Rei como sempre se orgulham de dizer sob falsos pretextos; é a avareza e a ambição que para ali os arrasta a fim de dominar perpetuamente sobre os índios, como Tiranos e Diabos, desejando que lhes sejam dados como animais. Isto, falando numa linguagem bem plana e bem redonda, não é outra cousa senão despojar os Reis de Castela de todo esse país do qual se apoderaram eles mesmos, tirando e usurpando a soberania Real”.

As **razões**, que são vinte, têm sua origem naquilo em que Las Casas indicou como “remédios” para que os índios não devessem ser entregues aos espanhóis nem em comenda, nem em feudo e nem em vassalagem e são tiradas do “oitavo remédio” que é o principal e o mais forte e que pede ao Rei que ordene, forme e constitua Cortes para que os índios sejam incorporados à Coroa Real de Castela e de Leon, como súditos e vassallos livres e que não sejam nunca dados em comenda aos espanhóis.

A obra apresenta duas **cronologias**: uma sobre a vida de Frei Bartolomé de las Casas e outra sobre o Descobrimento e a Conquista da América.

É surpreendente a atualidade de Frei Bartolomé de Las Casas. Quase 500 anos depois, os episódios mais terríveis que descreve, repetem-se diariamente sob o mesmo céu, entre as mesmas montanhas verdejantes e rios cristalinos e são

rotineiramente transmitidos pela televisão ou pelo relato desinteressando das agências internacionais. Os massacres comandados pelos espanhóis não diferem em nada dos organizados pelos esquadrões da morte à serviço da ultra — direita — a não ser pela sofisticação incomparável das armas desses últimos. Com o passar dos anos, o texto de Las Casas apenas se enriquece. Sua denúncia irada é o protesto ainda vivo de todos aqueles que conhecem a realidade, os verdadeiros motivos e as conseqüências aterrorizantes dos conflitos que explodem hoje na América Central.

Paulo Bueno de Godoi

Aluno de Pós-Graduação em
Filosofia da Educação da PUCAMP

TAVARES DE MIRANDA, Maria do Carmo.

Conjugando Memórias, R.J.,

Tempo Brasileiro/Secretaria da Educação de Pernambuco, 1987.

O belo trabalho de Maria do Carmo Tavares de Miranda, doutora em Filosofia pela Sorbonne e Diretora Geral do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, mostra sua trajetória intelectual, na primeira parte e a "vida como dimensão do espírito", na segunda.

Prosa poética, que evoca Heráclito e Heidegger, fala do buscar a si mesmo, que é a busca da sabedoria e interrogação sobre o homem e seu destino. A filosofia, cuja tarefa assume nesta busca, é "esta amplidão ao aberto dos céus e da terra" (p.23), habitar propriamente humano no mundo, que tem como ponto de partida a existência concreta individual da pensadora: "Minhas primeiras lembranças são auditivas: sons musicais tirados de instrumentos, embalos, cantigas, sussurros de vozes" (p.25), passando pela descoberta de "Platão, de Aristóteles, de Agostinho" (p.26).

Busca da sabedoria, aprendizado do "ouvir com o coração" e do "amor (...) a todas as finitas criaturas", (p.29), na "dialética do sensível e do espiritual", concretizada na beleza de Chartres, "Casa que ensina a Sacralidade da História" (p.33), no santuário de Braga e na visão dos grandes místicos, de Orígenes a São Francisco, São João da Cruz, Loyola e Boaventura, evidencia os "sentidos como 'portas' da apreensão ao deleite espiritual" (p.39).

Este pensar à luz do espírito, fala da liberdade, do tempo, da graça e da morte, mostrando o homem como um viandante, "ponte e palavra" (p.53) da carne à transcendência, da proximidade com o mistério. Mistério do existir, que leva a meditar sobre o mal e a morte, evocando a tradição agostiniana; sobre o amor, através da figura paradigmática de São Francisco e sua Ordem, "Caminhante inflamado e inflamente" (...) reconhecido "pelo rastro que deixa e pela chama que ilumina" (p.88); sobre a transfiguração poética do homem conduzido pelo anjo, na poesia de Rilke, terra invisível que renasce em nós; e a transfiguração filosófica da morte, fazendo desta o instrumento que "revela a vida" (p.100), "a Vida que nasce da morte". A morte é caminho, passagem para "outra Vida, a que vive sem mortes", a que é "Duração pura" (...) "Tempo Vivo" (p.101), ilimitado, libertando o homem da "sua angústia e de sua indigência" (p.102).

A esplêndida concepção da morte, aqui apresentada, tem raízes em Heilegger, Rilke e na mística e tradição cristão.

A vida como passagem, o homem como **homo viator**, viandante, viajante, encontram no texto "Voz e Caminhos Portugueses" também um modo de expressão.

Povo "peregrino de espaços e tempos, de memórias e antecipações" (p.61), o português realiza, no seu destino, a ânsia de sonho, de transcendência, de todo o ser humano.

O livro termina com uma carta aberta da filósofa a seu irmão José, poeta, na qual esta assinala o paralelismo da trajetória poética e da trajetória do pensar: "Então, desvendaremos Invisíveis" (p.108).

O texto de Maria do Carmo é mais que um livro de memórias; é um exercício de sabedoria, uma esplêndida prosa poética que leva a meditar a contemplar. Viajando através dele, sonhamos.

Constança Marcondes Cesar
Instituto de Filosofia – PUCAMP

CATANI, Denice B. e Outros
Universidade, escola e formação de professores
Ed. Brasiliense – SP – 1986 – 199 pgs.

Trata-se de uma coleção de textos elaborados a partir do Seminário Itinerante "Dependência Econômica e cultural, desenvolvimento nacional e formação de professores", realizado pela USP, em 1985.

Florestan Fernandes inicia a primeira parte com uma análise da formação política e do trabalho do professor no contexto histórico brasileiro. Tal quadro de referência nos traz a situação presente, quando a atuação do professor enquanto intelectual é analisada por Octavio Ianni. Discute a dependência cultural, com adesão aos modismos e o abandono dos clássicos, o que tem concorrido para o impasse na produção cultural da Universidade.

Paul Singer questiona a própria escola, enquanto legitimadora de uma estrutura social não igualitária, e sustenta que sua redefinição só se dará como parte da transformação social. Menos cético quanto a possibilidade de pensar, desde já uma nova escola, especialmente a de 2º Grau, Cláudio Salm sugere uma formação profissional baseada em dois elementos essenciais ao mundo do trabalho, ou seja, o poder e a ciência, mediante os quais se afirma o indivíduo frente à organização burocrática e à produção.

Uma outra perspectiva acerca das transformações possíveis para a escola é apresentada por Perseu Abramo ao discutir o papel das entidades representativas do professorado ligada à ação política do professor, que, em sua opinião, deve transcender o mero corporativismo. A discussão acerca dos limites de uma ação política de professores é objeto do trabalho apresentado por Roberto Romano, que põe em dúvida o fato de a prática social transformadora estar ao alcance da intervenção educacional, nos limites da escola, sugerindo a relevância da ação partidária.

Ao iniciar-se a segunda parte do livro, na qual são analisadas questões relativas à formação e à prática do professor, Luís Carlos Menezes afirma que a Universidade hoje só marginalmente se dedica à formação de professores e deve retomar esta atividade como uma de suas funções centrais, como parte essencial da ruptura dos ciclos de dependência. Eunice Durham também aponta a necessidade de modificações na atual estrutura universitária responsável pela formação de professores, pois no atual estágio a Universidade fica impossibilitada de promover, isoladamente, a formação social do professor, que só ocorrerá na sua vida como cidadão.

A necessidade de um projeto consistente para a revisão dos cursos de licenciatura é a preocupação central de Jorge Nagle que combate a visão dualista do binômio ensino X pesquisa na Universidade. Miriam Moreira Leite denuncia o desprezo com que são tratados projetos de reforma educacional que dizem respeito à preparação para o trabalho docente. A própria legitimidade dos especialistas em educação é discutida por Nélio Parra que também questiona o papel centralizador assumido pelas Faculdades de Educação.

José Mário Pires Azanha mostra que os professores podem vir a estabelecer resistências ideológicas às mudanças na educação. Sugere concretamente a necessidade de o professor compreender o processo educacional para além dos problemas específicos da sala de aula. Nesta mesma vertente, Luis Eduardo Wanderley apela diretamente ao engajamento cívico e crítico do professor e vê na Universidade duas funções essenciais: o desenvolvimento da consciência crítica e a formação de quadros para um processo produtivo autônomo. A necessidade de coerência entre formulações abstratas de democracia e a prática pedagógica do cotidiano é o tema central de Cecília Guaraná. Participação e responsabilidade social configuram-se como imperativos desde o dia-a-dia da escola até a estrutura administrativa do sistema escolar.

O livro procura transcrever as idéias centrais dos diversos autores que participaram do seminário promovido pela USP. Trata-se de um trabalho muito bem elaborado e que é indicado como fonte de reflexão aos universitários dos cursos de licenciatura. Constitui-se em excelente subsídio para Didática Geral, Prática de Ensino e Estrutura e Funcionamento.

Humberto Guido

Curso de Filosofia — PUCAMP

MATTELART, Armand; DELCOURT, X. e MATTELART, Michele.

Cultura contra Democracia.

SP, Brasiliense, 1987.

CULTURA CONTRA DEMOCRACIA – O ÚLTIMO TEXTO DE MATTELART

Armand Mattelart ficou conhecido no Brasil quando publicou “**Para ler o Pato Donald**”, em colaboração com Ariel Dorfman. O texto fazia uma crítica sobre a ideologia capitalista e imperialista subliminar nas histórias em quadrinhos de Walt Disney. Segundo um artigo da Folha de São Paulo sobre Dorfman, após o lançamento em 1972, o livro “transformou-se rapidamente em uma espécie de bíblia de cursos de sociologia e comunicações no mundo inteiro, sendo trazido para quinze línguas e tendo vendido mais de um milhão de cópias somente na América Latina”.

Mattelart publicou vários artigos e textos sobre a problemática da cultura e seu envolvimento com empresas multinacionais aliadas à política governamental dos Estados capitalistas nos Estados Unidos, Europa, países asiáticos desenvolvidos e suas relações de exploração e dominação (econômicas, políticas e culturais) com os países subdesenvolvidos. Um de seus livros mais famosos não foi traduzido para o Brasil. No México foi lançado com o título “**La Cultura como Empresa Multinacional**” e trabalha as inter-relações entre a cultura de massa, a indústria bélico eletrônica e os novos proprietários e público desta cultura da década de 1970. Faz um original estudo sobre a “indústria” do turismo no contexto dos interesses culturais e aponta as várias estratégias do empresariado internacional para cercar todas as maneiras possíveis de obter lucros em sua malha de negócios variados

porém entrelaçados pelo capital. Mattelart passeia com muita desenvoltura sobre as empresas de auditoria internacionais, a indústria de construção imobiliária ligada à cadeias hoteleiras, as "networks" que envolvem companhias aéreas, redes de processamento de dados e transportadoras terrestres ligadas a aluguel de carros e vendas de pacotes turísticos. Fala da indústria pornográfica como sendo subproduto das repressões e políticas autoritárias e dos altos lucros dos bancos internacionais que oferecem "graciosamente" aos seus clientes serviços como cartões de crédito e "travellers checks". E aponta quais as empresas que vão absorvendo outras, criando cadeias lucrativas no mundo todo e como seus tentáculos se expandem pelo terceiro mundo.

Só que o volume de dados oferecido por Mattelart tornou-se rapidamente defasado da realidade (o livro foi lançado em 1974) em vista dos subseqüentes casos econômicos internacionais fantásticos da década de 1980, coligações empresariais e lucros imensos garantidos pela "doutrina Reagan" nos Estados Unidos e a emergência de uma nova classe privilegiada composta por jovens profissionais urbanos (advogados, economistas, administradores de empresas), os famosos "yuppies", ligados às bolsas de valores e às estratégias empresariais de controle de mercados e "joint ventures" fabulosas. Esta nova categoria social obteve novos valores e conceitos de vida. A alta tecnologia creceu mais do que os escritores de ficção científica podiam prever e teóricos franceses lançaram ao mundo a polêmica teoria do Pós-Modernismo. Os sonhos do socialismo científico e os devaneios do socialismo libertário foram substituídos pelo exemplo a ser seguido baseado na competência e eficiência de lugares como, por exemplo, a Califórnia. E depois de toda a festa econômica e alguns ganhos artificiais nas bolsas de valores, além da decepção da quebra do ano passado ficou também uma realidade empresarial totalmente reposicionada do empresariado internacional. Companhias aéreas, redes hoteleiras, estúdios cinematográficos e cadeias ligadas à alimentação trocaram de donos (sociedades anônimas) várias vezes. Grupos econômicos mudaram de nome, desapareceram, nasceram e se unificaram em conglomerados gigantescos. O panorama de todas estas mudanças pode ser seguido pela revista **Fortune** do bilionário Forbes ou então seu histórico e ligações com os estados apreciado devidamente no volumoso **A Internacional Capitalista** de P. DERYFUSS.

Neste novo cenário do final da década de 1980 Mattelart lança seu novo livro "**Cultura contra Democracia? O audiovisual na época transnacional**", editado no Brasil em 1987 pela editora Brasiliense, talvez para atualizar sua visão de mundo tão detalhadamente construída na década de 1970. As informações são vistas sob um novo ângulo deste final de década. Muitas coisas mudaram além da economia internacional. As teorias se reestruturaram e apresentam hoje facetas impensáveis a alguns poucos anos atrás. Ariel Dorfman em uma entrevista à Folha de São Paulo (Ilustrada 22 de março de 1988) continua a atacar a ditadura de Pinochet no Chile mas alterou seu discurso em relação à cultura mundial. "Não posso pensar mais numa relação mecânica entre países em desenvolvimento e colonialismo cultural. As pessoas não ficaram mais estúpidas por causa de Walt Disney. Descobri ainda que a cultura dominante não tem apenas elementos de dominação, mas também elementos de liberação. Não podemos mais considerar o receptor de informações como alguém que não distingue e não seleciona." Esta declaração vai claramente de encontro aos teóricos extremistas que defenderam uma cultura exclusivamente latino-americana e popular para nosso continente e aos que não leram com muita atenção Gramsci e pretendem minimizar a importância da cultura dos países desenvolvidos. Parece-me que ambas as culturas são importantes e Dorfman agora vivendo os Estados Unidos também percebe estas diferenças sutis porém fundamentais.

Mattelart também se lança nesta nova visão da realidade complexa e re-analisa as relações e a nova estrutura das comunicações no terceiro mundo, nos

países capitalistas desenvolvidos e nos países socialistas. A manipulação das informações é muito importante nas sociedades pós-industriais e a questão da **identidade cultural** tem que ser repensada sob os parâmetros mais recentes. Mattelart faz colocações interessantes no sentido de que esta falada identidade cultural dos povos dominados ser às vezes um discurso para medidas protecionista de grupos locais interessados em monopolizar sua produção cultural, um nacionalismo meio infantil ou até mesmo ser ponta de lança de um outro imperialismo cultural. Se o capitalismo fica cada vez mais atrevido e inescrupuloso, fica também com um discurso cínico e assume tranqüilamente sua ideologia. As empresas, pela primeira vez após os acontecimentos de 1968, não se envergonham mais de defender a iniciativa privada e o capital. Ainda mais depois que a China abriu (cautelosamente é verdade) suas portas à Coca-Cola e à Sheraton, a União Soviética publicou anúncios no Wall Street Journal procurando parceiros para "joint ventures" em seu território e o Partido Comunista Italiano fez sua festa a alguns anos atrás aceitando o patrocínio da Fiat e da Coca-Cola. Tudo isto e mais a "Perestroika" de Gorbatchov tem assegurado no mínimo uma face mais à vontade do capital internacional no trabalho de suas conquistas insaciáveis e cada vez mais elaboradas.

E mais, se na década de 1970 eram as relações Estado/Cultura que eram analisadas, atualmente é necessário apreciar de perto as relações Empresa/Cultura. Ficou famosa a frase dita no filme **Network** há mais de dez anos atrás: "hoje em dia não existem mais estados, nações e etnias. Existe a IBM, Exxon, Texaco, etc." Mattelart coloca a posição de Zbigniew Brzezinski que pensa em uma "nova consciência mundial que ultrapasse culturas enraizadas, religiões tradicionais solidamente entrincheiradas e identidades nacionais bem distintas." E claro que esta posição esconde interesses dúbios, afinal se deixarmos a situação absolutamente à vontade as empresas poderosas não deixarão muito espaço livre para os povos e culturas minoritários. A não ser que estas minorias estejam organizadas e façam pressão eficiente sobre estes conglomerados e Mattelart pensa que isto é possível.

Há ainda no livro um resumo importante do histórico do problema da cultura, desde a Escola de Frankfurt até os conceitos atuais de Indústria de Informação, às diferenças que moldaram a face de uma década de 70 tão diferente da década de 80. O autor possui um vasto acervo de dados sobre a produção cultural do México e do Brasil e, como não poderia deixar de ser, apresenta um material sobre a rede Globo. Além do óbvio fala da empresa cinematográfica Gaumont no Brasil, do nosso cinema as empresas de publicidade que atuam no país.

Em suma, é um texto que atualiza muitos dados apresentados em "**La Cultura como Empresa Multinacional**" e que definitivamente se afasta dos dogmas e simplificações de "**Para Ler o Pato Donald**". Afinal o Pato Donald e associados também mudaram. A década de 80 encontrou a DisneyWorld renovada, informatizada e com um parque aberto primordialmente aos jovens e adultos (o EPCOT Center) e, como grande surpresa, um tipo de feira mundial permanente com a presença da República Popular da China.

Apesar de não oferecer propostas muito concretas para a nossa problemática, Mattelart se esforça para lançar novas luzes sobre novos (e alguns velhos) problemas, de cultura, da política e da economia internacional. Para ampliar a discussão sobre nosso complexo universo humano. Para lermos melhor a nossa contemporaneidade.

NABHAN, Neusa Neif,
 SANTOS, Yolanda Lhuller dos,
 URBANO, Maria Aparecida
Arte em Desfile. Escola de Samba Paulistana
 São Paulo, EDICON, 1987

O livro redigido pelas professoras da Universidade de São Paulo, a Dra. Neusa Nabhan e a Profa. Yolanda Lhuller dos Santos em colaboração com Maria Aparecida Urbano, desenvolve-se em duas direções: na primeira, que constitui a espinha dorsal do texto, trata-se de caracterizar a escola de Samba sua estrutura, a metodologia da criação dos enredos, da montagem visual, do desfile. O vocabulário básico e a atuação dos membros de escola são apresentados de modo a oferecer uma resposta à pergunta: que é uma escola de samba?

A outra direção é de maior interesse; não se trata mais de mostrar o funcionamento de uma estrutura mas de apresentar a escola de samba nos seus aspectos estéticos, educativos e axiológicos. As autoras definem, assim, a escola de samba como uma ópera em desfile, fundindo no espetáculo artes plásticas e literárias, na medida em que o enredo, "transposto visualmente pelas fantasias e alegorias" (p. 9) é suporte da ação, o desfile.

Nestes conceitos de artes, a beleza é entendida como **brilho** (claritas) e a escola, como um lugar onde os valores vitais e espirituais (exuberância, vida, liberdade) são estimulados, assim como os educativos (é um lugar onde se aprende a doação ao outro).

Entendendo o samba como uma modalidade de poesia popular e poesia como expressão das impressões diante do mundo, vivência de valores, reflexão, as autoras retomam o sentido amplo da palavra, **poiésis**: criação. O samba expressa a vida através da poesia, seus temas veiculam a "preocupação (...) em falar a respeito da **sabedoria (...)** da **felicidade, da beleza, da esperança, e da alegria característica do Carnaval (...)** (p. 52). O grande eixo do carnaval é a idéia de mutação, metamorfose, a catarse através da "arte de massa", (p. 90) "arte de espetáculo" (p. 9), da qual a Escola de Samba é instrumento e expressão.

O livro ainda mostra alguns exemplos da variedade de enredos típicos apresentados a cada ano pelas Escolas, onde o recurso aos mitos indígenas e negros e à mitificação de episódios históricos evidencia, ainda uma vez, o caráter poético da linguagem que utiliza.

O samba como poesia fulgura nas páginas deste pequeno livro, introdução emotiva à cultura popular brasileira.

Constança Marcondes César
 Inst. de Filosofia — PUCAMP

AZZI, Riolando
A cristandade colonial: mito e ideologia
 Petrópolis, Vozes, 1987. 152p.

O autor está concluindo o doutorado em Filosofia na UFRJ, onde é professor de Ética e de História da Filosofia Latino-americana. É membro da Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-americana (CEHILA) e pesquisador do Centro João XXIII (IBRADES).

A reflexão de caráter histórico-filosófico de Riolando Azzi mostra como o projeto colonial lusitano havia reduzido o Brasil a uma terra de exploração. E

dentro desse quadro, a religião ocupou um lugar destacado. Quanto aos objetivos do estudo, o próprio autor nos esclarece na Introdução.

“Este estudo representa um esforço de análise das principais cosmovisões vigentes nos primeiros séculos da época colonial brasileira. Dois principais motivos levaram-me à opção por esse tema: em primeiro lugar, por ser um período ainda pouco estudado em termos do que se poderia considerar a história da filosofia no Brasil; em segundo lugar, porque as concepções então vigentes continuam ainda a atuar numa esfera significativa da população brasileira” (p. 8).

Num volume anterior, intitulado **A cristandade colonial, um projeto autoritário**, publicado pelas Edições Paulinas, Azzi tratara do assunto numa perspectiva documental e histórica. Neste, dá ao tema um tratamento filosófico, influenciado e inspirado pelo pensamento de Gramsci, quando este chama a atenção para a importância da religião popular como expressão significativa da cosmovisão de determinado período histórico.

Para empreender a análise dessa cosmovisão, Azzi lança mão de duas categorias filosóficas: o mito e a ideologia. Quanto ao conceito de mito, inspira-se nos enfoques dados a esse termo por M. Eliade, G. Gusdorf e L. Kolakowski. E na utilização do conceito de ideologia, inspira-se tanto em K. Mannheim na obra **Ideologia e utopia**, como na de K. Marx e Engels, a **Ideologia alemã**. A contribuição de K. Marx e de Engels é importante na medida em que enfatizam o aspecto econômico na elaboração das ideologias.

Três aspectos principais são analisados por Azzi em sua obra: a) A grande diferença ocorrida entre a evolução cultural européia no período que vai do século XVI ao século XVIII e a formação da sociedade luso-brasileira; b) A predominância no Brasil colonial da consciência mítica, tendo sido a religião a oferecer aos brasileiros a primeira cosmovisão que marca o início do nosso desenvolvimento social; c) O caráter marcadamente ideológico que atravessa a concepção da cristandade colonial, inspirada no e pelo catolicismo. A cristandade era, assim, utilizada como instrumento ideológico para garantir o projeto colonial lusitano, favorecendo, deste modo, os interesses políticos, econômicos e culturais da metrópole. É no agostinismo político que se estabelecem os fundamentos da cristandade medieval, cujo texto inspirador foi a obra **A cidade de Deus**. Sua filosofia exercerá uma influência decisiva. “Tanto a cristandade medieval como a cristandade colonial representaram concretizações políticas da cidade de Deus, idealizada por Agostinho, e cujas diversas metamorfoses foram analisadas de modo excelente por Gilson” (p. 144).

O catolicismo terá um papel decisivo e fundamental na organização e realização do projeto lusitano. E essa hipótese atravessa todo o livro. Os próprios títulos dos capítulos da obra revelam o desenvolvimento dessa afirmação: O mundo “dado”, a terra abençoada, Rei pela “graça”, o povo eleito, sob o padroado régio, a serviço de Sua Majestade, a dilatação da cristandade, a redução dos indígenas, o paraíso perdido, a “santa” inquisição, a guerra “santa”, a cristandade em crise e a sobrevivência da cristandade. Portanto, será a partir do horizonte religioso que o homem do Brasil colonial terá a compreensão de si mesmo, e compreenderá também o mundo em que vivia, constituindo assim a consciência mítica a primeira manifestação filosófica de ver o mundo, e a mais difundida na sociedade colonial.

Por outro lado, essa visão espiritualizante irá permear também de sacralidade a classe senhorial brasileira, permitindo e estimulando por vezes a escravização do negro e a marginalização e extermínio do índio. A cristandade era, assim, utilizada também como instrumento ideológico para garantir a eficácia do projeto colonial lusitano.

“Nesta terra de conquistadores, aventureiros e degredados, onde imperava a guerra, a violência e o desregramento moral, a religião ocupou um lugar

destacado, como força de humanização da sociedade, de organização da vida familiar, de manutenção da ordem, constituindo-se num instrumento imprescindível na elaboração da cultura popular. Quer nas festas religiosas, realizadas nas matrizes das vilas e arraiais, quer nas festivas celebrações dominicais nas capelas dos engenhos e das fazendas, quer ainda na singela devoção popular diante das cruzes e oratórios erigidos nas encruzilhadas, no alto dos montes e em lugares ermos, havia sempre um elemento comum que unia toda a população: a confiança na proteção divina, expressa através de súplicas e agradecimentos por favores celestes. Nesse clima de dependência espiritual, irmanavam-se ricos e pobres, fidalgos e plebeus, senhores e escravos, pretos, brancos e indígenas; homens e mulheres, velhos e crianças. A religião estava presente nos grandes momentos da vida, do nascimento à morte; a religião presidia também toda a atividade rural, da sementeira à colheita" (p. 145-6).

Essa longa transcrição visa apenas a nos mostrar o dinamismo e a riqueza do mito da cristandade colonial. No entanto, Azzi nos adverte, em forma de conclusão, para as ambigüidades e os riscos do projeto colonial, bem como para a necessidade de não absolutizar ou de não privilegiar, com exclusividade, nenhum dos dois planos em que se situa o cristão. E esse é o desafio permanente face à dialética da imanência e da transcendência, do espiritual e do temporal, do natural e do sobrenatural, da razão e da fé.

"O mito cristão, aliás, é exatamente a exaltação do ser humano, em sua dialética de corpo e alma, de matéria e de espírito, de ciência e fé, de criatura e criador, de uno e múltiplo, de relativo e absoluto, de tempo e eternidade. Qualquer tentativa de privilegiar um desses pólos constitutivos do mito cristão, em detrimento do outro, empobrece não só a existência do ser humano, como também sua realização cultural sobre a terra" (p. 152).

Vale a pena ler e meditar a obra de Azzi, porquanto ele aborda um problema permanente do cristianismo e, aliás, de toda religião. Cada época tem apresentado soluções diferentes nas suas várias propostas teóricas e práticas no campo da vida religiosa e cultural. É um texto, escrito numa linguagem fluente, sem citações, texto que acaba sendo lido, com interesse e curiosidade, do princípio até o fim.

Alino Lorenzon
Univ. Federal do Rio de Janeiro